



InC2
Iniciativa
Nacional
Cidades
Circulares



© Nuno Correia

REDES CIDADES CIRCULARES

PLANO DE AÇÃO – RURBAN LINK

ÁREA TEMÁTICA: RELAÇÕES URBANO-RURAIS

CIDADE: LISBOA



GOVERNO DE
PORTUGAL

AMBIENTE E
AÇÃO CLIMÁTICA

FUNDO AMBIENTAL



Direção-Geral do Território

ÍNDICE

Mensagem do Presidente da Lisboa E-Nova	02
Sumário Executivo	03
Contexto & Processo	04
Contexto da Cidade e definição do problema	05
Enquadramento Político do projeto	08
Processo de desenvolvimento do plano de ação	14
Foco & visão	18
Plano de Ação	20
Proposta de valor	21
Ações	24
Ação 1 – Medir para conhecer	24
Ação 2 – Dinamização e promoção da melhoria do consumo de alimentos de cadeia curta, sazonais e de origem nacional	25
Ação 3 – Produção Local: Quilómetro Zero	26
Ação 4 – Inovação e Empreendedorismo na Cadeia de Valor Alimentar	28
Ação 5 – Educar para Capacitar	30
Ação 6 – Bio resíduos: Melhorar o Fim de Ciclo	32
Abordagem integrada	34
Modelo de Governança	39
Alinhamento com Financiamentos	42
Investimento previsto/Fontes de financiamento	43
Monitorização & Avaliação	44
Comunicação & Consulta Pública	46
O Futuro	49
Agradecimentos	51



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA LISBOA E-NOVA

Nos últimos tempos Lisboa tem vindo a traçar o seu percurso no processo de descarbonização para atingir a neutralidade carbónica. Face ao conjunto alargado de variáveis e atores envolvidos, este processo tem tanto de complexo, como de desafiante. Estamos cientes da responsabilidade e da importância de traçar prioridades e de direcionar esforços, simultaneamente, para os aspetos estratégicos e que apresentem resultados diretos e mais facilmente entendíveis pela comunidade. São disto exemplo todas as questões relacionadas com a poupança de energia e o recurso a fontes de energia mais limpas e renováveis. Porém, no sistema urbano existe um largo conjunto de outras variáveis, que, embora não tão visíveis no imediato, têm grande impacto e relevância neste caminho. São disso exemplo todas as emissões indiretas baseadas no consumo de matérias-primas.

No caso concreto do consumo alimentos estima-se que este é responsável por cerca de 13% das emissões globais de uma cidade. Aspetos como a proveniência de alimentos, predominantemente de longa distância, a sua conservação, armazenamento, distribuição e empacotamento são fatores relevantes para este peso.

Olhando para a cidade de Lisboa, onde não existe vocação para a produção de alimentos, dar resposta diária a cerca de meio milhão de habitantes, acrescidos de mais 70% de pessoas que chegam para trabalhar, estudar ou visitar, é facilmente perceptível a importância de não negligenciar esta componente do sistema urbano.

Foi neste pressuposto que assumimos o desafio de dar um passo em frente, de escolher um conjunto de ações que consideramos demonstradoras e alinhadas com a melhoria da sustentabilidade do sistema alimentar da cidade.

Quantificar fluxos de alimentos, reforçar o conhecimento sobre os padrões de consumo e abastecimento, promover uma articulação coesa com o sistema agroalimentar da área metropolitana através da criação de mecanismos para o escoamento de produtos produzidos na região e o desenvolvimento de políticas locais que promovam o acesso a fontes de alimentos saudáveis, são aspetos muito relevantes para a melhoria da qualidade de vida da cidade em todas as dimensões.

Por outro lado, no que toca ao seu sistema alimentar, como em muitas outras matérias, Lisboa pretende ser um território disponível para a experimentação, empreendedorismo, inovação e demonstração de resultados inspiradores para partilhar com outras cidades. Cientes que o documento presente é um primeiro passo no longo caminho que Lisboa terá de percorrer, acreditamos que, com o envolvimento de todos os atores relevantes, abriremos um caminho seguro, para a melhoria da sustentabilidade do seu sistema alimentar e daremos mais um contributo positivo para o processo em curso no combate às alterações climáticas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Analisando os fluxos característicos de entrada de matérias-primas e de produtos nos grandes centros urbanos/cidades, podemos dizer que os sistemas alimentares surgem como um dos setores de atividade com maior responsabilidade na dimensão da sua pegada ambiental. De forma genérica estima-se que os impactos gerados pelo setor alimentar estejam a ser responsáveis por cerca de 26% dos Gases de Efeito de Estufa emitidos, representando cerca de 70% dos consumos de água potável do planeta e 78% dos processos de eutrofização sentidos nos cursos de água e nos oceanos.

O presente Plano de Ação tem como objetivo apresentar o conjunto de ações a desenvolver e a dar continuidade na cidade de Lisboa, relacionadas com a melhoria da eficiência da cadeia de valor da cidade, a promoção da sustentabilidade do seu Sistema Agroalimentar e as relações Urbano-Rurais, no seio da Área Metropolitana onde está inserida. Através do fortalecimento destas relações pretende-se tirar partido do potencial existente de criar simbioses efetivas entre os territórios produtores de vocação mais rural e os de cariz mais consumidor, como é o caso do município de Lisboa.

Desenvolvido no âmbito da Iniciativa Cidades Circulares, promovida pela Direção-Geral do Território, este documento nasce do trabalho de troca de experiências e parceria com os restantes Municípios que integraram a Rede Relações Urbano-Rurais, liderada pelo Município do Fundão. A nível local, todo o trabalho exploratório das ações a levar a cabo foi efetuado em estreita articulação com um conjunto alargado de organizações e instituições que, de alguma forma, estão ligados à cadeia alimentar (Grupo de Planeamento de Ação Local).

O conjunto de ações a implementar tem a ambição de ser um ponto de partida para a criação dos alicerces necessários para demonstrar a relevância que os sistemas alimentares possuem nos processos de transição para sistemas económicos mais circulares e um contributo para o processo de descarbonização da cidade, bem como, de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Conforme se pode verificar no objetivo de cada uma das ações estruturadas existe a intenção de interagir positivamente com cada um dos elos da cadeia de valor do setor alimentar. Desde os métodos de produção locais tradicionais e alternativos, à articulação com as iniciativas previstas para a região da Área Metropolitana de Lisboa, assim como na melhoria da eficiência do elo final da cadeia de valor, fração biorresíduos.

A aposta em abordagens mais inovadoras apresenta-se também como uma das linhas de ações a explorar. Através da demonstração da capacidade de as operacionalizar, estará a promover-se o empreendedorismo, com a criação de oportunidades de novos negócios locais assentes em princípios de sustentabilidade.

Embora não menos importante, aumentar a consciência e o nível de conhecimento dos cidadãos é também um aspeto de extrema relevância a trabalhar. Só com uma população informada se poderá alterar comportamentos e padrões de consumo. Neste sentido considerou-se importante destacá-lo por si só numa das ações a levar a cabo, independentemente deste propósito se encontrar indiretamente embebido nos objetivos de todas as restantes.

Por último, importa destacar que todo este Plano de Ação assenta na criação dos alicerces necessários para o desenvolvimento de um processo que se pretende que seja contínuo e que não termine com o horizonte previsto para a sua implementação, pretendendo gerar-se continuidade e evolução à medida que vai sendo concretizado.

1. CONTEXTO & PROCESSO

CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO PROJETO

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

FOCO & VISÃO



1. CONTEXTO & PROCESSO

CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

É indiscutível o papel central que as cidades podem desempenhar na redução das emissões de CO₂ e no combate às alterações climáticas.

Embora as cidades cubram menos de 2% da superfície terrestre, a população urbana utiliza cerca de 78% da energia disponível no planeta, consome mais de 75% dos recursos naturais e é responsável por mais de 50% dos resíduos gerados a nível planetário.

Analisando os fluxos característicos de entrada de matérias-primas e produtos nos grandes centros urbanos/cidades, podemos dizer que os sistemas alimentares surgem como um dos setores de atividade com maior responsabilidade na dimensão da sua pegada ambiental. De forma genérica estima-se que os impactos gerados pelo setor alimentar estejam a ser responsáveis por cerca de 26% dos Gases de Efeito de Estufa emitidos, representem cerca de 70% dos consumos de água potável do planeta e 78% dos processos de eutrofização sentidos nos cursos de água e nos oceanos.

Perante este panorama, no âmbito da implementação das suas políticas de sustentabilidade, as cidades enfrentam um conjunto de enormes desafios e oportunidades que visam também o fortalecimento dos seus sistemas alimentares. A sua atuação tem impacto não só a nível local, mas também, contribui para o objetivo comum global. Atuando numa abordagem bottom-up, estarão a apoiar a transformação necessária para enfrentar desafios globais como fome, pobreza e alterações climáticas.

Paradoxalmente, continuam também a verificar-se níveis inaceitáveis de desperdício alimentar. Em concreto, estima-se que 6% do peso da pegada carbónica dos alimentos produzidos chegue ao fim da cadeia, sem qualquer tipo de utilidade, sendo processado como resíduo. Neste sentido, olhando para os diferentes elos da cadeia valor de um sistema alimentar urbano pode dizer-se que o potencial de transformação é enorme. Desde a promoção de políticas que favoreçam modelos de produção sustentáveis e regenerativos, passando pela implementação de modelos de distribuição mais amigos do ambiente (atuando ao nível dos sistemas logísticos, armazenamento e acondicionamento),

melhorando a eficiência de redução de desperdício alimentar ou criando incentivos a negócios inovadores que promovam o aparecimento de novos elos na cadeia de valor destinados à redução da componente que chega à fração resíduo.

Os desequilíbrios evidenciados nas cadeias de produção e distribuição dos mercados alimentares globais verificados durante a situação de pandemia e os impactos previsíveis na distribuição de bens alimentares como os cereais e as oleaginosas, provenientes da região da Rússia e da Ucrânia vieram também trazer a resiliência dos sistemas para o conjunto de variáveis relevantes. A prevalência dos mercados globais tem vindo a demonstrar vulnerabilidades nos circuitos de abastecimento. É neste contexto também que se começa novamente a olhar com interesse para o potencial de abastecimento existente nos territórios de maior proximidade, bem como, nas áreas rurais e de produção metropolitanas envolventes.

Não menos importante, outro fator de oportunidade e característico do ecossistema cidades é o seu potencial na promoção da mudança, da inovação e excelentes condições para experimentação e implementação de soluções piloto. Novos métodos de produção local e pilotos de novas abordagens com recurso a tecnologias inovadoras, começam também a ser prática frequente nas cidades.



Um desafio não menos relevante e inovador é a definição da estratégia a adotar e a sua capacidade de influenciar as preferências e as políticas de consumo por parte dos seus cidadãos. Alterar comportamentos perante um sistema tão complexo e global não é um processo simples nem célere, ainda mais quando modelos de produção e distribuição global prevalecem.

À semelhança de outras grandes cidades, Lisboa debate-se com grandes volumes de alimentos que são desperdiçados ao longo das cadeias de abastecimento. Neste contexto, a cidade pode desempenhar um papel importante na prevenção do desperdício de alimentos e na garantia de que todos os alimentos comestíveis excedentes sejam redistribuídos. Estes tipos de medidas apresentam ainda um papel social importante no fornecimento de alimentos a comunidades marginalizadas e vulneráveis.



Em sistemas alimentares eficientes o desperdício é residual, constituindo-se como uma oportunidade de prolongar o seu valor como matéria-prima secundária. Em processos bem-sucedidos, os fluxos de matéria orgânica evidenciam a recuperação e transferência de nutrientes ao longo da sua cadeia de valor e o suporte à recuperação de solos e a práticas agrícolas regenerativas. Numa cidade, o potencial de transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes que podem ser devolvidos aos solos é enorme. Além disso, a matéria orgânica pode circular por vários elos da cadeia de valor antes de ser devolvida ao solo. Nomeadamente a sua valorização em alimentação animal, subprodutos alimentares, criação de novos artigos alimentares ou de outros bens de consumo.

O fluxo de entrada de alimentos nas grandes cidades continua a demonstrar uma predominância de sistemas de produção localizados em raios superiores a 100 km e de origem em grandes explorações, assentes em sistemas de distribuição de logística complexa e muito dependentes de redes de frio. Por outro lado, a oferta de produtos de produção local e regenerativa continua a ser de acessibilidade reduzida aos escalões da população com rendimentos menores.

Consultando um conjunto alargado de modelos já em desenvolvimento, podemos dizer que na sua maioria estas apresentam como denominador comum nos seus objetivos de intervenção os seguintes eixos estratégicos:

- Modelos de Governança;
- Dietas e Nutrição Sustentáveis;
- Equidade Social e Económica;
- Produção de Alimentos e Articulação Urbano-Rural;
- Abastecimento e Distribuição Alimentar;
- Aumento da resiliência dos sistemas de produção e distribuição de alimentos;
- Prevenção da produção de biorresíduos e a sua promoção como matéria-prima secundária.

Lisboa, a par com outras cidades, tem vindo a olhar para este sistema numa perspetiva de como poderá melhorar a sua eficiência e desta forma contribuir para o incentivo a iniciativas que permitam ser mais eficientes, inclusivas e saudáveis. São exemplo disso toda a atividade de colaboração com as redes de combate ao desperdício de alimentos ou a disponibilização de terrenos para a produção de alimentos pelos seus habitantes, como é exemplo a rede de hortas urbanas e mais recentemente a promoção do Pomar de Monsanto e da Vinha de Lisboa. Noutra vertente, assinala-se o investimento no sistema de encaminhamento e tratamento de resíduos orgânicos para valorização e da disponibilização de meios de compostagem, quer local, quer comunitária.

Nos últimos anos também têm sido incentivados o aparecimento de pontos de venda de produtos de produção de proximidade sustentável e biológica.

Independentemente de todas as estas iniciativas há a perfeita consciência que as grandes cidades por si só não poderão ser autossuficientes na capacidade de produção e por isso é essencial a colaboração com todos os territórios da sua área metropolitana, no sentido de criar as condições para melhorar e capacitar a produção de alimentos de cadeia curta.

Num contexto mais alargado, todas as peças do sistema têm de conjugar esforços. Desde os grandes produtores e retalhistas aos pequenos, só com a participação de todos se conseguirá caminhar mais rapidamente dos sistemas lineares, para os sistemas circulares.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO PROJETO

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a desenvolver esforços, durante a última década, no sentido de tornar Lisboa uma cidade mais verde e amiga das pessoas. O Município incluiu, em 2012, as alterações climáticas como uma das sete políticas urbanísticas fundamentais, assentes num modelo de desenvolvimento territorial suportado por dois sistemas vitais – o sistema ecológico e o sistema de mobilidade e transportes – traduzido num conjunto de medidas e orientações para a gestão municipal.

Em 2020 Lisboa foi galardoada como Capital Verde Europeia, uma distinção que reconhece a transformação da cidade na última década e renova o seu compromisso para alcançar um melhor ambiente urbano até 2030. Neste contexto, a cidade de Lisboa assume os desafios climáticos dos países do Sul pretendendo, em simultâneo, colocar as alterações climáticas no centro da agenda política das cidades europeias e dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Lisboa tem hoje uma posição clara em matéria de combate as Alterações Climáticas. Subscreevou o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia em 2016, desenvolveu e aprovou o Plano de Ação Local para a Biodiversidade (PALB, 2016), a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC, 2017), desenvolveu um o Plano de Ação de Energia Sustentável e Clima (PAESC, 2018). Mais recentemente, integrou a Rede de Cidades C40, elaborou um Plano de Ação Climática e é uma das cidades europeias que integram a Missão Cidades Inteligentes e Climaticamente Neutras até 2030, da Comissão Europeia.

Face aos desafios climáticos que as cidades mundiais enfrentam, é do interesse de Lisboa pertencer a redes de cidades mundiais para o desenvolvimento e defesa dos instrumentos de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Neste contexto, a participação ativa na rede C40 permite enriquecer o trabalho em curso. Nas áreas mais diretamente relacionadas com o objetivo do presente plano destaca-se a participação nos grupos de trabalho “Sistemas Alimentares” e “Resíduos como Recursos”, do C40.

Em 2015, 193 países, entre os quais Portugal, adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, representando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) as prioridades globais a atingir até 2030.

Em novembro de 2020, Lisboa aderiu à Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS Local), que visa mobilizar os Municípios e outras entidades relevantes para a concretização, ao nível local, dos ODS. Neste ponto, reconhecendo o papel que a intervenção ao nível das relações urbano-rurais e dos sistemas alimentares podem assumir nos processos de descarbonização das cidades, os desenvolvimentos das ações plasmadas neste Plano de Ação podem contribuir positivamente, direta ou indiretamente, para a concretização local dos ODS (Figura 1).

Ainda em 2019, através da Lisboa E-Nova, a cidade foi aceite como uma das cidades da Rede Food Initiative da Ellen Macarthur Foundation.



Figura 1
ODS convergentes com as ações do Plano de Ação Local

ENQUADRAMENTO NACIONAL/REGIONAL

Em dezembro de 2017, o Governo português aprovou o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC). Este documento estratégico identifica um conjunto de ações a desenvolver em diferentes dimensões: estrutural, regional/local e setorial a serem desenvolvidas no horizonte temporal de 2018 até ao final do ano de 2020. Atualmente, o PAEC encontra-se em fase de avaliação e processo de atualização.

Desenvolvido articuladamente e numa parceria interministerial, o PAEC interage com um conjunto alargado de outras estratégias e planos nacionais. Na figura 2 identificam-se as que estão relacionadas com a sustentabilidade dos sistemas alimentares e com a promoção das relações urbano/rurais.

SISTEMAS ALIMENTARES	RELAÇÕES URBANO/RURAIS
Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica	Plano Estratégico para os resíduos Urbanos (PERSU)
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica
Agendas de Investigação e Inovação	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
Estratégia Nacional de Educação Ambiental	Plano Nacional para a promoção da Alimentação Saudável
Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar	Plano Nacional da Água
Programa Nacional para o uso Eficiente da Água	Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados da População
	Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

Figura 2

Sistemas Alimentares, relações urbano/rurais: Interação do PAEC com outras estratégia e planos nacionais

Mais recentemente, em julho de 2020, o Ministério do Ambiente e Ação Climática publicou a Estratégia dos Biorresíduos, destacando-se como desafios e objetivos chave:

- Aproveitar localmente os biorresíduos produzidos (compostagem doméstica; compostagem comunitária)
- Disponibilizar uma rede de tratamento próxima da fonte (compostores descentralizados)
- Disponibilizar uma rede de recolha seletiva de biorresíduos
- Desviar os biorresíduos de aterro/ valorização energética
- Recolher biorresíduos com qualidade e em quantidade suficiente para justificar o tratamento em alta.

Nos últimos anos, através da conjugação de esforços levada a cabo pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), foram produzidos um conjunto de documentos estratégicos e orientadores da região relacionados com as relações urbano-rurais e a sustentabilidade dos sistemas alimentares. São exemplo disso os documentos resumidos na Tabela 1.

DOCUMENTOS ENQUADRADORES DA POLÍTICA REGIONAL

ESTRATÉGIA REGIONAL 2030	ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DE LISBOA 2030 (RIS3 2030)	FOODLINK: REDE PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML)
<p>Aponta como aspetos primordiais a reversão das tendências de expansão da urbanização e de fragmentação territorial através da valorização dos espaços rurais e naturais e do fortalecimento das relações entre os territórios urbano-rurais</p>	<p>Identifica 5 domínios prioritários. No domínio 2 “Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação de Riscos Naturais” destaca o Sistema Alimentar da Região como elemento fundamental de sustentabilidade e da qualidade de vida na região</p>	<p>Enquadrada com os restantes, em junho de 2022 foi formalmente apresentada a Rede Foodlink. Esta rede agrega um conjunto diverso de territórios, iniciativas e atores da AML, que se comprometem a colaborar no sentido do planeamento e gestão do seu sistema alimentar</p>	<p>A Estratégia dirige-se a todos os intervenientes do sistema alimentar metropolitano que tenham o repto de induzir a transição alimentar através do planeamento do sistema alimentar metropolitano, gerando co-benefícios de forma inovadora, nomeadamente a produção de alimentos saudáveis, adequados e seguros, tendo em conta aspetos de justiça social e ambiental, compatibilizando os estilos de vida com dietas alimentares de baixo impacto no ambiente</p>

Tabela 1

ENQUADRAMENTO LOCAL

Em 2009, a Carta Estratégica traçou os princípios orientadores para o governo da cidade até 2024. Os princípios fundamentais da Carta Estratégica resultam da resposta a seis questões que a cidade enfrenta e que constituem os atuais desafios estratégicos no planeamento da cidade:

1. Como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população lisboeta?
2. Como fazer de Lisboa uma cidade amiga, segura e inclusiva para todos?
3. Como fazer de Lisboa uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente?
4. Como fazer de Lisboa uma cidade inovadora, criativa, capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego?
5. Como afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado?
6. Como criar um modelo de governo eficiente, participativo e financeiramente sustentável?

O presente Plano de Ação pretende ser uma ferramenta integradora e que contribua para dar resposta aos princípios basilares da Carta Estratégica da Cidade. Na Tabela 2 sintetizam-se um conjunto de estratégias, planos e programas que se identificaram como enquadramentos e relacionados também com a temática do Plano de Ação Local.

SÍNTESE DE DOCUMENTOS ENQUADRADORES DA POLÍTICA LOCAL

PLANO/PROGRAMA	OBJETIVOS
Plano Municipal de Alimentação Escolar Saudável	Promover a dieta mediterrânica e o fornecimento de refeições escolares confeccionadas preferencialmente com alimentos de cadeia curta, sazonais e de origem nacional
Programa de Hortas Urbanas	Implementação de uma rede alargada de parques hortícolas na cidade de Lisboa
Estratégia para Compras Públicas Sustentáveis	Define orientações estratégicas para a introdução de critérios de sustentabilidade (ambientais, económicos e sociais) no processo de compras do Município, e operacionalização da Política de Compras Sustentáveis
Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar de Lisboa	Estabelece um conjunto de ações e um modelo de governança para o combate ao desperdício alimentar
Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa	Aproveitamento de todos os recursos, com uma gestão de resíduos centrada numa economia circular, através da reintrodução dos resíduos no ciclo de vida dos produtos, apostando na reutilização e reciclagem
Plano Estratégico para os Mercados Municipais	Estratégia para a reabilitação e revitalização da rede de mercados da cidade bem como a criação de espaços para a comercialização de alimentos de proveniência de pequenos produtores e com origem na área metropolitana
Plano de Ação Climática de Lisboa	Instrumento de integração e gestão das políticas e instrumentos da cidade em matéria de mitigação, adaptação, erradicação da pobreza energética e promoção de qualidade de vida. Adicionalmente, constitui-se como ferramenta centralizadora das crescentes necessidades de informação e reporte no âmbito dos compromissos em matéria de ação climática
Estratégia para a recolha de Biorresíduos	Define as linhas orientadoras para a cidade em matéria de recolha e transporte e valorização de Biorresíduos

Tabela 2

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023-2027

Este documento aprovado em Assembleia Municipal em 7 de dezembro de 2022 está estruturado em 6 Pilares:

Pilar 1	Uma cidade participada
Pilar 2	Uma cidade sustentável
Pilar 3	Uma cidade de cultura, de economia e inovação
Pilar 4	Uma cidade solidária
Pilar 5	Uma cidade que investe em saúde e educação
Pilar 6	Uma cidade resiliente e segura

Ao nível dos pilares de desenvolvimento estratégico, o presente Plano de Ação contribui diretamente para os Pilares 2, 3 e 5. Na Tabela 3 identificam-se as medidas mais diretamente relacionadas com o Sistema Alimentar municipal.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO RELACIONADAS COM O PRESENTE PLANO DE AÇÃO LOCAL

PILAR 2: UMA CIDADE SUSTENTÁVEL	
MEDIDA	DESCRIÇÃO
13	Implementar uma Estratégia Municipal para as Compras Públicas Sustentáveis transversal aos serviços da Câmara Municipal
19	Incentivar a disseminação de coberturas e telhados verdes e de jardins verticais na cidade
28	Elaborar um “Roadmap para Lisboa Circular”, definindo os pilares estratégicos de atuação e as metas para concretizar um modelo de economia circular na cidade até 2030
30 e 31	Recolha Seletiva de Lisboa – Verdes de Jardins
38	Alargar a Rede de Hortas Urbanas e de Parques agrícolas, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e a produção local de alimentos frescos
PILAR 3: UMA CIDADE DE CULTURA, DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (POTENCIAR A ATIVIDADE ECONÓMICA)	
MEDIDA	DESCRIÇÃO
7	Conclusão das obras nos Mercados de Arroios, de São Domingos de Benfica e do Mercado da Ribeira
8	Desenvolver programas e iniciativas de dinamização dos mercados
PILAR 5: UMA CIDADE QUE INVESTE EM SAÚDE E EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO COMO MOTOR)	
MEDIDA	DESCRIÇÃO
17	Plano Municipal de Alimentação Escolar Saudável – Instrumento estruturante de planeamento no qual se definem linhas estratégicas e prioridades para a promoção de hábitos de alimentação saudável
18	Programa de Alimentação Escolar – Crescer Saudável – atividades lúdicas e apelativas para promover a aquisição de hábitos alimentares saudáveis baseados na dieta mediterrânica

Tabela 3

Como não poderia deixar de ser, este Plano de Ação deverá ser integrador destas ambições, bem como dos instrumentos de políticas públicas municipais, desta forma assegurando que os benefícios ambientais, económicos e sociais esperados pela sua implementação sejam distribuídos equitativamente por todos os cidadãos.

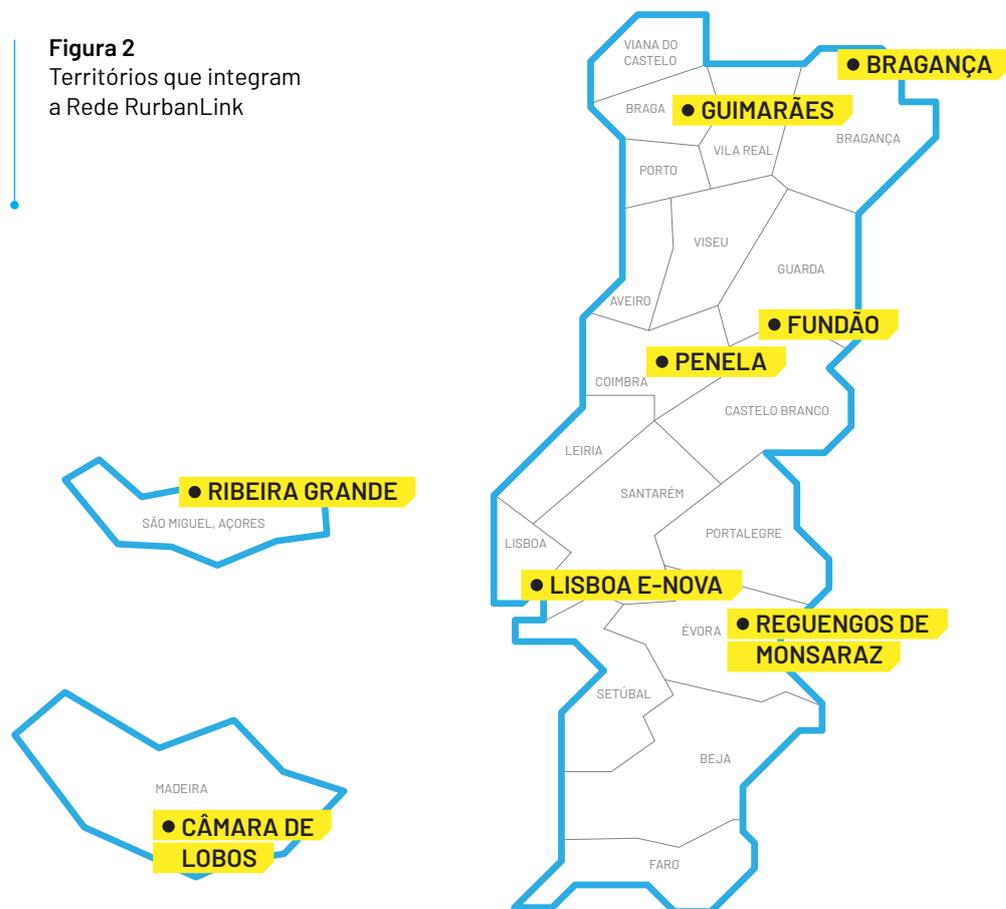
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

O presente Plano de Ação foi desenvolvido no âmbito da participação na rede de cidades que constitui o Projeto RurbanLink.

A Rede RurbanLink é uma das 4 redes constituídas no âmbito da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, gerido pela Direção-Geral do Território, orientado para apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular.

A InC2 visa contribuir para melhorar as condições presentes e futuras das práticas de planeamento participativo de base local e de aprendizagem em rede para a economia circular. Este processo está enquadrado no apoio a redes nacionais de cidades circulares e em torno de quatro temas prioritários e da capitalização nacional dos seus resultados.

A rede RurbanLink (Figura 2) liderada pela Câmara Municipal do Fundão integra os municípios de Bragança, Câmara de Lobos, Guimarães, Penela, Reguengos de Monsaraz, Ribeira Grande e Lisboa (representada pela Lisboa E-Nova - Agência de Energia e Ambiente).



É objetivo principal da rede RurbanLink explorar em estreita articulação e colaboração o potencial e a promoção das ligações funcionais circulares entre áreas urbanas e rurais, enquanto alavancas do desenvolvimento territorial integrado e de processos colaborativos de base local.

Durante todo o processo de colaboração analisou-se e debateu-se a promoção de um sistema alimentar urbano/rural que torne mais eficiente e sustentável o fluxo de produtos desde a produção até ao processamento, distribuição e consumo e a consequente gestão de resíduos e processos associados, focado na exploração e consolidação dos seguintes desafios:

1. Rever os atuais modelos lineares de gestão baseados num modelo económico de extração, produção e eliminação.
2. Desenhar novas relações de produção, distribuição e consumo no setor alimentar. Um novo modelo económico catalisado pela inovação ao longo de toda a cadeia de valor é necessário para minimizar consumos de materiais e as perdas de energia.
3. Promover novas interações funcionais entre as áreas rurais e as áreas urbanas, através de uma visão circular assente numa forte complementaridade entre a cidade e a sua envolvente rústica.
4. Analisar os espaços de produção disponíveis para que possam desempenhar as funções de um sistema alimentar urbano convenientemente ordenado, tendo como objetivo a redução da dependência alimentar mediante uma estratégia alimentar urbano/rural inovadora.
5. Identificar outros desafios ao nível das relações urbano rurais, designadamente ao nível da inclusão social, da mobilidade, da programação cultural e da sensibilização e mobilização cívica.



Numa perspetiva inspiradora e a par com trabalho de cocriação e partilha, cada um dos territórios deu a conhecer aos restantes parceiros boas práticas em desenvolvimento e reconhecidas como referências a nível nacional nas matérias relacionadas com a promoção das relações urbano-rurais, processos de transição para sistemas de gestão local mais circulares e bons contributos para a sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares locais.

Independentemente do trabalho de cooperação e partilha e perante as suas características e especificidades, cada um dos territórios desenvolveu uma estratégia adaptada à sua realidade.

Especificamente, no processo de desenvolvimento do Plano de Ação Local de Lisboa, numa primeira fase, foi efetuado um levantamento de ações relevantes e que estivessem em harmonia com os objetivos estratégicos da cidade em matéria de proteção do ambiente, sustentabilidade e combate às alterações climáticas. Esta etapa coincidente com a primeira fase do projeto assentou essencialmente no levantamento das estratégias, planos e políticas locais e nos projetos em curso ou previstos para operacionalização no curto prazo. Esta análise incidu não só na atividade desenvolvida pelas várias orgânicas do município, mas também de iniciativa de outras entidades públicas ou privadas.

Em paralelo com o processo acima descrito foram desenvolvidos todos os esforços para identificar os atores relevantes à constituição de um Grupo de Planeamento de Ação Local (Figuras 3, 4 e 5). Esta estrutura local, específica para cada um dos municípios parceiros da rede, tem por objetivo integrar o processo participativo relativo à elaboração do Plano, imprimindo abrangência, diversidade e pluralidade ao conteúdo de cada um dos Planos.

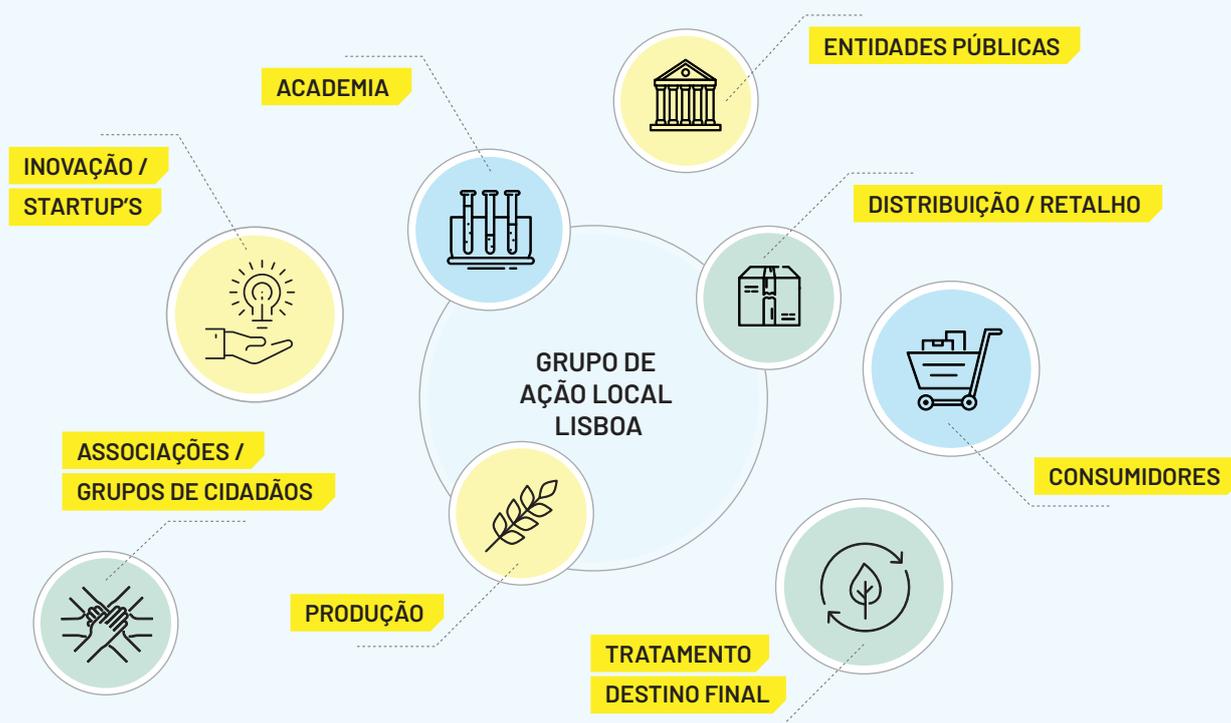


Figura 3
Grupo de Planeamento de Ação Local:
Ecossistema/Áreas de Atividade

Constituído o Grupo de Planeamento Local, promoveu-se o envolvimento de cada um dos elementos que o constituem no processo de cocriação e identificação das ações mais relevantes a incluir no Plano de Ação.

GRUPO DE AÇÃO LOCAL- LISBOA



PRODUÇÃO

- Associação para Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia
- Grupos de Hortas de Lisboa
- Agrobio
- CONFAGRI



CONSUMIDORES

- DECO
- AHRESP



DISTRIBUIÇÃO / RETALHO

- SIMAB / MARL
- Zolve
- SONAF
- Jerónimos Martins
- Grupo Auchan
- CML / Mercados
- Cooperativa RIZOMA



GESTÃO DE RESÍDUOS

- CML/DHU
- Valorsul

Figura 4

Grupo de Planeamento de Ação Local: Entidades Convidadas (Produção, Consumo, Distribuição/retalho e gestão de resíduos)

GRUPO DE AÇÃO LOCAL- LISBOA



ORGANISMOS PÚBLICOS

- CML:**
- Educação / Ambiente / Mercados / Gestão de Resíduos
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
 - Área Metropolitana de Lisboa
 - Direção Geral do Território



ACADEMIA

- Instituto de Ciências Sociais
- Instituto Superior Técnico
- Faculdade de Ciências
- Faculdade de Ciências e Tecnologia



ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

- Zero Desperdício
- ZERO
- Quercus



INOVAÇÕES / STARTUP'S

- Startup Lisboa
- Upfarming
- Circular
- A Praça

Figura 5

Grupo de Planeamento de Ação Local: Entidades Convidadas (Organismos Públicos, Academia, ONG's e Inovação/Startup's)

Numa fase mais posterior, no processo de consolidação das tarefas inerentes a cada uma das ações de acordo com as suas características específicas, promoveram-se um conjunto de reuniões setoriais, temáticas e específicas, mas concretamente:

- Reuniões setoriais com os serviços do município que se relacionam com o Plano de Ação;
- Reuniões setoriais com os níveis de governação regional, de forma a discutir o alinhamento e a integração das ações com as políticas de nível territorial superior;
- Reuniões temáticas com os representantes da academia e setor da inovação e desenvolvimento social;

Prevê-se ainda, após a fase de conclusão e aprovação do Plano Local de Lisboa, promover a discussão integrada com todos os elementos do GPAL para apresentação do documento final e estruturação dos próximos passos inerentes à promoção e/ou implementação das ações.

FOCO & VISÃO

A sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares de uma cidade apresenta-se como um dos pilares para a promoção da qualidade de vida e bem-estar coletivo e individual.

No contexto de um sistema diversificado, com inúmeras variáveis e envolvendo um conjunto bastante alargado de atores, importa focar a definição da estratégia a definir em objetivos genéricos, simples e claros. Pretende-se que o caminho a delinear contribua para a eficiência em cada um dos elos da cadeia de valor e paralelamente, numa lógica de circularidade, crie e/ou reforce pontes entre setores de atividade e atores que sejam geradoras de simbioses e que confirmem maior resiliência a todo o sistema.

O caminho traçado para Lisboa está alinhado com os temas de base e comuns a todos os parceiros da rede RurbanLink. Mais especificamente:

- **Produção Sustentável e Regenerativa:** Assegurar a regeneração dos sistemas, garantindo que a produção é realizada em harmonia e simbiose com os sistemas naturais, respeitando os seus ciclos.

- **Compras Circulares:** Estabelecer critérios de compras, que avaliem questões como origem, certificações, compromisso com a sustentabilidade/circularidade, segurança e saúde dos produtos, etc.

- **De Resíduos a Recursos (simbioses):** Valorizar os subprodutos, promovendo a reutilização e a potenciação das matérias-primas que já estão a circular na economia, gerando benefícios económicos, ambientais e sociais.

- **Embalagens:** Eliminar as embalagens que não geram valor e promover uma crescente reutilização das embalagens e circulação dos materiais, reduzindo a dependência das matérias-primas virgens.

- **Distribuição e Logística:** Otimizar os sistemas de distribuição e logística, promovendo uma crescente sustentabilidade e partilha da cadeia de distribuição, alinhando os processos na direção da circularidade.

- **Energia e Recursos Hídricos:** Assegurar o uso inteligente dos recursos energéticos e hídricos, promovendo uma crescente eficiência na utilização destes recursos e inovação.

- **Gestão de Resíduos:** Encaminhar adequadamente os resíduos sólidos gerados e assegurar que todos os colaboradores conhecem os procedimentos corretos a executar na gestão dos mesmos.

• **Educação e Capacitação:** Investir na capacitação das equipas nas áreas chave relacionadas com esta área e promover o diálogo e as sinergias com vários parceiros ao longo da cadeia de valor.

Mais do que procurar dar resposta simultânea a todos os tópicos relevantes, pretende-se criar um caminho que de forma gradual vá evoluindo positivamente, criando impacto na vida da cidade, que apresente resultados robustos e transparentes e que naturalmente vá gerando a definição de novas prioridades e desenhando novas ações a promover. Por outro lado, identificando um conjunto de iniciativas e de projetos, que ao longo do tempo já tem demonstrado valor e resultados, importa também construir sobre eles alavancando e acelerando assim a transição pretendida.

Identificam-se como foco principal dos objetivos a alcançar três pilares:

- **Trabalhar o sistema alimentar da cidade de Lisboa**, de forma a evoluir no sentido da diminuição do seu impacto nas emissões indiretas de gases de efeito estufa pela qual a cidade é responsável;
- **Apoio à definição de políticas públicas locais facilitadoras** e que aumentem os níveis de consciência da população ao nível da adoção de comportamentos e dietas mais saudáveis;
- **Promoção de políticas que contribuam para um acesso alargado.**



A implementação das ações delineadas irá contribuir de forma muito positiva, consolidando sucesso nas seguintes vertentes:

- Criação de uma comunidade robusta com o envolvimento de todos os atores relevantes;
- Melhoria do conhecimento real de todas as dependências, interações da cadeia de valor que permitam maximizar a circularidade da matéria orgânica;
- Promoção da circularidade dos alimentos, da redução da produção de resíduos, do acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis para todos, bem como do aumento dos níveis de educação e sensibilização da população sobre o tema;
- Aumento da consciência sobre a importância de uma alimentação saudável para a prevenção de doenças;
- Desenvolver uma experiência bem-sucedida e inspiradora para outros territórios.
- Assente numa VISÃO de contribuir para a construção de um Sistema Alimentar, Sustentável, Inclusivo e Justo

2. PLANO DE AÇÃO

PROPOSTA DE VALOR

AÇÕES

ABORDAGEM INTEGRADA

MODELO DE GOVERNANÇA



© Manuel Rodrigues Levita

2. PLANO DE AÇÃO

PROPOSTA DE VALOR

Melhorar a eficiência e sustentabilidade dos sistemas alimentares em cidades, conforme já referido anteriormente torna-se um desafio face às diversas variáveis que os constituem, ao número significativo de setores de atividade com que se relacionam e às questões éticas e de justiça social que estão associadas ao direito de todos os cidadãos terem acesso a fontes de alimentação saudáveis e sustentáveis.

À semelhança das outras cidades de média e grande dimensão, a cidade de Lisboa relaciona-se com o seu sistema alimentar com um pendor maioritariamente do lado do consumo, estando na sua quase totalidade dependente de alimentos produzidos noutras regiões do país ou mesmo internacionalmente. Diretamente associado a este modelo, verifica-se um conjunto de impactos indiretos que estão assentes no modelo global de abastecimento e que contribuem negativamente para os compromissos associados ao combate às alterações climáticas, redução de emissões e neutralidade carbónica. Os modelos de abastecimento global são altamente exigentes ao nível de energia, consumos de água e de matérias-primas, desde a primeira fase da cadeia de valor relacionada com a produção, passando pelos sistemas de suporte ao nível logístico de processamento, embalagem transporte e conservação.

Outra característica comum ao abastecimento alimentar das grandes e médias cidades assenta no fenómeno que ao longo do tempo foi evoluindo no sentido de abandono das produções de média e pequena dimensão presentes nas áreas metropolitanas e zonas rurais circundantes. Até algumas décadas atrás estes territórios assumiam um papel maioritário no abastecimento de cidades, perdendo depois influência para as grandes explorações agrícolas distantes das fontes de consumo e promotoras da artificialização e esgotamento das áreas naturais com consequências negativas muito fortes na preservação do meio natural e da sua biodiversidade.

Esta realidade representa um desafio complexo e abrangente, dado que se tem de atuar de forma integrada nos diferentes elos da cadeia de valor e nos modelos económicos lineares em que estão suportados.

A outro nível, acresce a este desafio uma componente comportamental. Nenhuma ação que pretenda surtir impacto na melhoria da eficiência do sistema poderá ser um agente de mudança eficaz se não estiver suportada no envolvimento dos diversos agentes individuais e coletivos. Processos desta natureza só conseguem atingir sucesso se forem graduais e promotores do aumento dos níveis de conhecimento e consciência das populações. Uma comunidade ou cidadão pouco informado dificilmente estará disponível para alterar padrões de consumo. Os agentes de mercado também não estarão disponíveis para reagir se não sentirem que as características da procura são alteradas.

É neste contexto que, em todo o processo de definição do conjunto de ações incluídas no presente Plano, se procurou identificar um conjunto de iniciativas que possam representar o início de um caminho que contribua positivamente no curto/médio prazo para a melhoria da circularidade e sustentabilidade da cidade de Lisboa, que crie alicerces para que a sua gestão promova uma maior sustentabilidade do território e que permita aos seus cidadãos o acesso a fontes de alimentos saudáveis e que lhes confirmem saúde e bem estar no quotidiano. Pretende-se também dar sequência ao conjunto de ações já em curso que acelerem o processo de transição pretendido.



Concretizando as grandes linhas orientadoras para a definição das ações, destacam-se 5 grandes áreas de intervenção:

1. Produção

Uma cidade com as características de Lisboa nunca poderá ser territorialmente autossuficiente na produção de alimentos com capacidade de dar resposta aos quantitativos de população residente e flutuante no dia a dia da cidade.

Porém, a promoção de iniciativas e a disponibilização de meios que permitam produzir alimentos na cidade, como são exemplos a rede de parques hortícolas do município ou as infraestruturas de produção em cobertura previstas no curto prazo, tem uma mais valia reconhecida no processo de capacitação de cidadãos ao nível da melhoria da literacia alimentar e no acesso a uma componente fresca, de cadeia curta.

2. Eficiência na Cadeia de Valor

Na atualidade está identificado um nível significativo de desperdício alimentar que tem vindo a ser trabalhado pelos núcleos locais da ReFood e da Associação Dar e Acordar/ Zero Desperdício.

Olhando também para o elo final da cadeia de valor, diariamente são geradas cerca de 320 toneladas de resíduos orgânicos com um potencial de aproveitamento, quer ao nível de subprodutos, quer na promoção de métodos de tratamento promotores da melhoria da eficiência da cadeia de valor, como é exemplo a compostagem ou a digestão anaeróbia.

3. Inovação

Tirando partido do Ecosistema Inovador presente na cidade e das instituições de investigação, existe um potencial de exploração e experimentação de soluções inovadoras, que, se forem bem-sucedidas, poderão ser escaladas para o nível da cidade ou ser referenciadas como boas práticas a partilhar com outras áreas urbanas.

4. Relação Urbano/Rural

Uma das componentes de maior relevância para a transformação do sistema alimentar da cidade está na promoção efetiva de interação com a bacia alimentar da sua área metropolitana. Presentemente os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa estão a desenvolver esforços para a operacionalização da Rede FoodLink e para a implementação da estratégia agroalimentar da Área Metropolitana. Esta rede tem por objetivo estratégico apoiar a operacionalização no território da AML de sistemas agroalimentares sustentáveis, competitivos e resilientes, de base territorial, numa estreita relação com o ordenamento do território regional e local, com impacto positivo na criação de dinâmicas urbano-rurais de proximidade, integrando o planeamento e gestão do sistema alimentar nas suas diferentes componentes.

5. Consumo

O desenvolvimento de ações de educação e sensibilização é um dos aceleradores e agentes de mudança mais relevantes, para melhorar os níveis de consciência e conhecimento da população da cidade de Lisboa, no sentido de a capacitar para opções de consumo mais conscientes.



A promoção das diferentes ações selecionadas irá promover uma evolução positiva nas seguintes direções:

- 1. Melhorar o conhecimento da quantidade, tipo e proveniência de matéria orgânica alimentar que dá entrada na cidade – de que forma flui ao longo da cadeia de valor – e desenvolver estratégias que contribuam para a sua descarbonização e para a melhoria da qualidade de vida da população;**
- 2. Expansão da área de parques hortícolas e a introdução de métodos inovadores e não convencionais de produção de alimentos: para além do seu contributo direto como fontes de alimentação saudável, permite melhorar os níveis de literacia alimentar, bem como a perceção da população para a necessidade de modificar padrões de consumo;**
- 3. Demonstrar maior eficiência da cadeia alimentar, através da redução do desperdício e dos métodos de separação e tratamento de biorresíduos;**
- 4. Reforçar a conectividade com o sistema alimentar da Área Metropolitana de Lisboa;**
- 5. Promover a economia local através da criação de condições para o desenvolvimento e fixação de novos negócios;**

AÇÃO 1 • MEDIR PARA CONHECER

Descrição da Ação	<ul style="list-style-type: none"> - As cadeias de abastecimento de alimentos envolvem um conjunto vasto de atores. Desde os pequenos, grandes produtores e grossistas, passando pelos distribuidores, retalhistas e consumidores. Avaliar e monitorizar a performance ambiental desta cadeia de valor torna-se assim um processo complexo - As soluções baseadas na recolha e análise de dados têm vindo a demonstrar bons resultados em processos de complexidade similar - Pretende-se, com esta ação, desenvolver um conjunto de metodologias e ferramentas de monitorização de fluxos de alimentos que abastecem a cidade e que incorporem não apenas a matéria orgânica como resíduo, mas contemplando também as fases prévias à sua eliminação, desde o processo de produção, à distribuição e ao consumo
Objetivos	Monitorizar o ciclo da matéria orgânica alimentar que é consumida na cidade, através da construção de um conjunto alargado de indicadores auxiliares à definição de políticas e programas no âmbito da melhoria da circularidade e sustentabilidade do sistema alimentar da cidade. Pretende-se que esta ferramenta contribua para a transição para uma cidade mais circular e para a demonstração de sucessos alcançados relativos ao compromisso de neutralidade carbónica assumido através do Plano de Ação Climática 2030
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade	Plano de Ação Climática 2030, “Conhecer para medir” – Observatórios Lisboa, Smart Cities, Estratégia para as Compras Públicas Sustentáveis da Câmara Municipal de Lisboa
Entidade responsável pela coordenação da ação	Lisboa E- Nova
Parceiros locais a envolver	Orgânicas da CML (Ambiente Resíduos, Economia e Inovação, Educação e Finanças), Academia, Comunidade Empreendedora, Juntas de Freguesia, Organizações não Governamentais
Tempo necessário para implementação	36 Meses
Investimento estimado	75.000 €
Potenciais riscos à implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência ou inacessibilidade às fontes de informação relevantes para atingir os resultados pretendidos - Fraca robustez da informação gerada - Condicionantes e restrições de comunicação entre os sistemas de fornecimento da informação base necessária (software de gestão de stocks) e aplicação de cálculo dos indicadores a construir

ATIVIDADES

	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado
A1.1 Balanço Alimentar Hub Criativo do Beato	No âmbito do Hub Criativo do Beato Living Lab pretende-se desenvolver um balanço alimentar do HCB, de acordo com as características de ocupação atual e futura. Será avaliado o potencial consumo de alimentos e bebidas no local	12 meses	Estimativa das necessidades alimentares locais e análise do potencial de soluções de abastecimento que possibilitem um maior nível de sustentabilidade ao ecossistema local
A1.2 Fornecimento de Refeições Escolares Medição da pegada e criação de indicadores	Medir de forma precisa, confiável e sistemática o impacto ambiental direto e indireto de serviços de alimentação públicos contratados pelo município bem como das cadeias de abastecimento associadas	24 meses	Construção de um painel de indicadores referentes à situação atual e definição de recomendações a serem introduzidas futuramente
A1.3 Escalar aplicação de Metodologias de medição	Testar as metodologias desenvolvidas nas ações anteriores em colaboração com um conjunto de stakeholders representativo dos diferentes elos da cadeia de valor do sistema alimentar da cidade	12 meses	Criar as bases para uma avaliação integrada das emissões de gases de efeito de estufa (diretas e indiretas), caracterizadoras do impacto que o sistema alimentar da cidade tem no computo global das emissões carbónicas da cidade

AÇÃO 2 · DINAMIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA MELHORIA DO CONSUMO DE ALIMENTOS DE CADEIA CURTA, SAZONAIS E DE ORIGEM NACIONAL

Descrição da Ação	Incrementar o consumo de Alimentos de Cadeia Curta através de articulação com a rede de Parques Agroalimentares a construir no âmbito da Iniciativa FoodLink
Objetivos	Desenvolver um conjunto de iniciativas auxiliares à promoção do consumo de produtos de proveniência de Cadeia Curta e de origem Nacional
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade	Iniciativa Metropolitana – FoodLink; Plano Ação Climática
Entidade responsável pela coordenação da ação	Lisboa E-Nova, no âmbito da parceria na Rede Metropolitana FoodLink; Lisboa E-Nova (coordenação da medida ao nível local), Mercados da Cidade, CML/Economia e Inovação
Parceiros locais a envolver	AML, CCDR LVT, Academia, Produtores da AML, CML/Economia e Inovação e Juntas de Freguesia
Tempo necessário para implementação	3 anos
Investimento estimado	30.000 €
Potenciais riscos à implementação	Grande número de parceiros e diferentes níveis de administração que levam a uma articulação complexa

ATIVIDADES

	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado
A2.1 Produção e Consumo: Encurtar a cadeia	Explorar mecanismos facilitadores de consumos de produtos de cadeia curta através de ferramentas facilitadoras e promotoras de ligação entre produtores e consumidores	12 meses	Desenvolvimento de uma aplicação e do modelo de negócio associado
A2.2 Promover a venda de produtos de cadeia curta num conjunto de mercados do município	Pilotar um conjunto de pontos de entrega de produtos locais, preferencialmente recorrendo à rede de mercados municipais e geridos pelas diferentes juntas de freguesia do município	24 meses	Consolidar o conceito
A2.3 Campanha de sensibilização Cadeia Curta Km. 0	Sensibilizar para a importância do consumo de produtos alimentares de cadeia curta, produção regenerativa	24 meses	Melhorar os níveis de conhecimento da população

AÇÃO 3 · PRODUÇÃO LOCAL: QUILÓMETRO ZERO

<p>Descrição da Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A agricultura urbana pode melhorar os níveis de felicidade e bem-estar da comunidade ao fornecer espaços para que as pessoas se conectem com a natureza e se envolvam na construção de comunidades mais inclusivas - Investir em áreas para produção de alimentos nas cidades contribui ainda positivamente para o acesso a alimentos mais frescos e saudáveis, sensibilidade para a importância de métodos de produção regenerativos e do impacto que as cadeias de valor longas têm na sustentabilidade do território - Reforçar a rede de parques hortícolas da cidade e explorar métodos alternativos de produção, disponibilizando-os à população e comunidades da cidade, é um dos principais objetivos desta ação
<p>Objetivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar áreas de produção tradicionais e alternativas à população - Melhorar os níveis de acessibilidade a alimentos frescos e saudáveis às populações economicamente mais desfavorecidas - Melhorar os níveis de literacia alimentar nas comunidades locais
<p>Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Ação Climática, Rede de parques hortícolas do Município - Programas de Desenvolvimento Local da cidade
<p>Entidade responsável pela coordenação da ação</p>	<p>CML/Direção Municipal de Ambiente Espaços Verdes Clima e Energia</p>
<p>Parceiros locais a envolver</p>	<p>CML/Direção Municipal de Economia e Inovação; Lisboa E-Nova, Juntas de Freguesia, Startup Lisboa e Upfarming</p>
<p>Tempo necessário para implementação</p>	<p>48 meses</p>
<p>Investimento estimado</p>	<p>2.290.000€</p>
<p>Potenciais riscos à implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incapacidade de promoção de envolvimento da população - Atraso na implementação dos novos parques hortícolas - Falta de captação de financiamento



AÇÃO 3 · PRODUÇÃO LOCAL: QUILOMETRO ZERO



ATIVIDADES			
	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado
A3.1 Operacionalização de uma Horta de Cobertura no Hub Criativo do Beato	Demonstrar soluções inovadoras de produção de alimentos	12 meses	<ul style="list-style-type: none"> – Abastecimento com produtos de cadeia curta negócios e comunidades locais – Envolvimento participativo de comunidades de residentes e trabalhadores do território – Demonstração da importância do conceito de km zero nos processos de sustentabilidade relacionados com os sistemas alimentares
A3.2 Ampliação da Rede de Parques Hortícolas do Município	<ul style="list-style-type: none"> – Expandir a rede de parques hortícolas atualmente existente – Dotar todas as freguesias do município com pelo menos um parque hortícola 	48 meses	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar áreas para a produção de vegetais à população do município – Dotar cada uma das freguesias do município com pelo menos um parque hortícola
A3.3 Lisboa Comestível	<ul style="list-style-type: none"> – Mapear todos os locais com potencial para a produção de alimentos – Introduzir modelos colaborativos de produção – Incentivar a disponibilização de espaços expectantes e livres para práticas de agricultura urbana 	48 meses	<ul style="list-style-type: none"> – Melhorar e diversificar os locais de produção de alimentos na cidade – Criação de comunidades de produção e troca de excedentes de colheita
A3.4 Urban Farmers	<ul style="list-style-type: none"> – Instalação de um sistema de produção de alimentos na cobertura do Mercado de Arroios, recorrendo a métodos alternativos de produção – Paralelamente, pretende-se dinamizar toda a cadeia de valor (produção, comercialização e distribuição), assente em modelos de inovação social ao nível da produção e venda, assim como na distribuição a clientes na área envolvente 	48 meses	<ul style="list-style-type: none"> – Demonstração da produção de alimentos de cadeia curta (km 0) – Desenvolvimento de modelos de governação do negócio – Reforçar parcerias locais entre a população, organizações e câmara municipal

AÇÃO 4 · INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA CADEIA DE VALOR ALIMENTAR

Descrição da Ação	Estimular a inovação e o empreendedorismo pode fomentar a transição para sistemas económicos mais circulares e os processos de descarbonização das cidades. Pretende-se assim com esta ação pilotar iniciativas inovadoras e com potencial para contribuir para a melhoria da sustentabilidade e resiliência do sistema alimentar da cidade em três vertentes: redução de emissões, acessibilidade a fontes de alimentos sustentáveis e saudáveis e melhoria dos níveis de literacia alimentar das populações. Paralelamente, existe ainda a intenção de avaliar o seu potencial na criação de emprego e crescimento económico territorial
Objetivos	Demonstrar, através de pilotos e iniciativas locais, o potencial, impacto e contributo para a evolução da sustentabilidade do sistema alimentar da cidade de Lisboa através de novas abordagens não convencionais
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade	Plano de Ação Climática, Política de Inovação do Município e da Startup Lisboa, Move Lisboa 2030
Entidade responsável pela coordenação da ação	Lisboa E-Nova
Parceiros locais a envolver	CML/Direção Municipal de Economia e Inovação, Startup Lisboa, Upfarming e Ecosistema de Organizações não Governamentais e de Iniciativa do Cidadão
Tempo necessário para implementação	36 meses
Investimento estimado	373.000 €
Potenciais riscos à implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstração de insucesso em algumas das experiências realizadas - Incapacidade de sustentabilidade financeira e replicação das soluções pilotadas



ATÇÃO 4 · INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA CADEIA DE VALOR ALIMENTAR



ATIVIDADES			
	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado
A4.1 Mapeamento e exploração de simbioses entre parceiros locais na área da Freguesia do Beato	<ul style="list-style-type: none"> – Promover parcerias entre atores locais com o objetivo de melhorar a eficiência da cadeia de valor – Operacionalizar experiências que contribuem para a redução da produção de Biorresíduos e potenciem o valor da matéria orgânica como recurso secundário 	36 meses	<ul style="list-style-type: none"> – Mapeamento de potenciais simbioses – Pilotagem de soluções circulares e inovadoras – Quantificação de benefícios relacionados com a prevenção de produção de biorresíduos e redução da pegada carbónica
A4.2 Programa de Aceleração “Clean Future”	Apoiar a criação e desenvolvimento de soluções tecnológicas para melhorar a sustentabilidade das cidades em três áreas: construção, mobilidade e retalho	12 meses	Testar soluções inovadoras ao nível da distribuição e retalho que demonstrem potencial de melhoria para a sustentabilidade do sistema alimentar da cidade
A4.3 From Start to Table	Potenciar as soluções trabalhadas no âmbito do programa de aceleração direcionado para o ecossistema restauração nas categorias: 1. Tecnologia para restauração 2. Novos Produtos de Food & Beverage Sustentáveis		Testar soluções inovadoras ao nível do setor da restauração que demonstrem potencial de melhoria para a sustentabilidade do sistema alimentar da cidade
A4.4 Melhorar a eficiência do consumo de água nos mercados da cidade	Pilotar ações de melhoria na utilização da água usada nas operações de conservação de alimentos através da realização de um piloto no Mercado de Alvalade		<ul style="list-style-type: none"> – Potenciar a reutilização de água nos mercados – Criação de um painel de indicadores de eficiência – Mapear um conjunto de potenciais usos para a água aproveitada
A4.5 “Last mile deliveries” Iniciativa no âmbito da candidatura ao Projeto Colours	Desenvolver um piloto no Mercado 31 de Janeiro que explore e avalie o potencial de fazer entregas de proximidade com o recurso a uma rede de bicicletas de carga		<ul style="list-style-type: none"> – Contributo para a conceção de um novo modelo de negócio – Avaliar o impacto da iniciativa e o seu potencial para evoluir e contribuir para o processo de descarbonização da cidade

AÇÃO 5 · EDUCAR PARA CAPACITAR

Descrição da Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar os níveis de conhecimento das populações sobre a adoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis, que promovem a saúde individual e coletiva, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo - Não estando exclusivamente ao alcance das entidades responsáveis pela gestão do território promover mudanças e alterações dos padrões de consumo familiares e individuais, acredita-se que o investimento em programas e iniciativas de sensibilização e educacionais, em articulação com a disponibilização de outras ferramentas, poderá contribuir para alterações comportamentais mais articuladas com a melhoria da sustentabilidade do sistema alimentar territorial
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar os níveis de conhecimento e de sensibilidade para a importância de adotar padrões de consumo de alimentos alinhados com as políticas de sustentabilidade e saúde da cidade - Desenvolver um conjunto de ações adaptadas a vários públicos-alvo
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade	Programas de Educação Ambiental
Entidade responsável pela coordenação da ação	CML/DMAEVCE/Departamento de Educação
Parceiros locais a envolver	CML, Lisboa E-Nova
Tempo necessário para implementação	36 meses
Investimento estimado	10.600 €
Potenciais riscos à implementação	Falta de financiamento, capacidade de afetação de recursos humanos



ATÇÃO 5 · EDUCAR PARA CAPACITAR



ATIVIDADES			
	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado
A5.1 Mercado de venda dos produtos produzidos localmente pelas hortas comunitárias existentes. Uma ação que pode ser desenvolvida em vários locais	Sensibilizar a população para a importância dos alimentos de cadeia curta, sazonalidade e de produção regenerativa	36 meses	Melhoria dos níveis de literacia alimentar das comunidades
A5.2 Promoção das hortas escolares, através do projeto Hortas na Escola, promovendo a utilização dos produtos pela comunidade escolar ou a sua venda na comunidade envolvente (sendo o lucro de venda aplicado em medidas de combate às alterações climáticas	Sensibilizar os escalões etários mais jovens para a importância dos alimentos de cadeia curta, sazonalidade e de produção regenerativa	48 meses	Melhoria dos níveis de literacia alimentar da população infantil e jovem
A5.3 Desenvolvimento nas escolas de ações de formação sobre agricultura biológica, combate natural a pragas e infestantes, compostagem	Educar para a sustentabilidade	48 meses	Melhoria dos níveis de literacia alimentar da população infantil e jovem
A5.4 Desenvolvimento de programa de distribuição de kit's de sementeira de espécies aromáticas para plantação caseira em varanda e/ou pequenos espaços	Promover a produção de alimentos em ambiente urbano	36 meses	Melhoria dos níveis de literacia alimentar das comunidades
A5.5 Promoção da utilização dos produtos oriundos dos hortelãos nos refeitórios municipais	Sensibilizar a população para a importância dos alimentos de cadeia curta, sazonalidade e de produção regenerativa	36 meses	Melhoria dos níveis de literacia alimentar das comunidades

AÇÃO 6 · BIO RESÍDUOS: MELHORAR O FIM DE CICLO

<p>Descrição da Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo ao longo do tempo a implementar um conjunto de medidas que visam aumentar a quantidade de resíduos orgânicos recolhidos seletivamente e a colaborar com as outras entidades na melhoria dos métodos de tratamento e devolução ao meio natural - Com o objetivo de dar resposta às especificações legais a nível nacional, na CML encontra-se em fase de conclusão a nova estratégia de gestão de biorresíduos. No âmbito desta estratégia existem já um conjunto de ações que farão parte desta estratégia com o objetivo de melhorar a eficiência do aproveitamento desta fração tão significativa dos Resíduos Urbanos da cidade (representa cerca de 40% da totalidade dos RU produzidos anualmente)
<p>Objetivos</p>	<p>Desenvolver sistemas de recolha de resíduos orgânicos adaptados às diferentes tipologias e morfologias da malha urbana da cidade</p>
<p>Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade</p>	<p>Plano de Gestão de Resíduos da Cidade; Estratégia Municipal para os Resíduos Orgânicos, Implementação de Sistemas PAYT</p>
<p>Entidade responsável pela coordenação da ação</p>	<p>Direção Municipal de Higiene Urbana/Departamento de Higiene Urbana</p>
<p>Parceiros locais a envolver</p>	<p>Juntas de Freguesia da Cidade, Valorsul, Lisboa E-Nova</p>
<p>Tempo necessário para implementação</p>	<p>48 meses</p>
<p>Investimento estimado</p>	<p>2.463.519 €</p>
<p>Potenciais riscos à implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atraso de procedimentos de contratação pública; - Fraca adesão por parte da população



AÇÃO 6 • BIO RESÍDUOS: MELHORAR O FIM DE CICLO



ATIVIDADES			
	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado
A6.1 Recolha de resíduos orgânicos no setor residência em Lisboa – 2ª fase	Dar continuidade ao processo de recolha seletiva de resíduos orgânicos iniciado em 2019, expandindo-o nesta fase para as freguesias de Benfica e São Domingos de Benfica		<ul style="list-style-type: none"> – Ampliar e reforçar o sistema de recolha seletiva de resíduos orgânicos existente na cidade, dando cumprimento ao “Estudo Municipal para a Implementação da Recolha Seletiva de Biorresíduos na Cidade de Lisboa” – Aumentar a quantidade de biorresíduos recolhidos seletivamente (estimativa: 6730 ton/ano)
A6.2 Projeto SAYT	<ul style="list-style-type: none"> – Implementar a recolha seletiva de resíduos orgânicos domésticos numa área piloto, na freguesia de Alvalade, que irá servir como referência para a expansão do sistema para outras áreas da cidade com características similares – Este projeto-piloto pretende testar a viabilidade económico-financeira do modelo de recolha através da implementação de um sistema SAYT - “Save as You Throw”, que irá recompensar financeiramente produtor/município pela separação dos seus resíduos alimentares 	24 meses	Experimentar e avaliar os resultados, oportunidades e constrangimentos que poderão vir a condicionar a implementação deste modelo de recolha no resto da Cidade
A6.3 Lisboa a Compostar	Alargamento da rede de compostores comunitários na cidade de Lisboa, com especial enfoque em áreas que ainda não possuem este tipo de equipamento ou que em que a introdução de equipamento para a deposição de biorresíduos seja complexa face às condicionantes urbanísticas territorial		<ul style="list-style-type: none"> – Aumentar a quantidade de resíduos orgânicos processados localmente através de métodos de compostagem clássica – Dotar os diferentes bairros da cidade com equipamentos adaptados às suas características tipo-morfológicas específicas
A6.4 Recolha Seletiva em Lisboa: “Verdes de Jardins”	Alterar o destino até agora dado aos resíduos verdes, promovendo a sua recolha seletiva dedicada, com frequência adequada e envio para compostagem	24 meses	<ul style="list-style-type: none"> – Melhorar a eficiência do final de ciclo dos resíduos orgânicos – Dotar 6 das freguesias do município com um sistema de recolha separativa deste tipo de resíduos – Desviar anualmente cerca de 2547 ton de resíduos verdes do processo de tratamento por incineração

ABORDAGEM INTEGRADA

A cidade de Lisboa tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas e projetos que se estendem de forma integrada a todos os elos da cadeia do ciclo da matéria orgânica.

No processo de construção do presente Plano de Ação foi tido como objetivo principal, e sempre que pertinente, que as ações aqui constantes fossem desenhadas de forma integrada e de acordo com os documentos estratégicos existentes e/ou em fase de atualização.

Noutro contexto, pretende-se que os resultados e conclusões extraídas de alguns projetos financiados e em que houve participação do território também dessem o seu contributo, de forma a permitir construir sob conhecimento já existente como forma de alavancar e permitir um processo de melhoria mais rápido e eficaz. Entre as iniciativas que a cidade já tem em curso destacam-se:

- No âmbito do Plano de Dinamização dos Mercados Municipais, a criação de espaços para a comercialização de alimentos de proveniência de pequenos produtores e com origem na área metropolitana. São exemplo disso os vários mercados de rua espalhados um pouco por toda a cidade;
- Ao nível escolar a implementação do Plano Municipal de Alimentação Escolar Saudável (promovendo a distribuição de refeições baseadas nos princípios da dieta mediterrânea e a utilização de alimentos de produção sustentável e sazonal);
- Criação de Parques Hortícolas municipais com o objetivo de proporcionar aos municípios locais condições para a produção dos seus próprios alimentos;
- Programa Lisboa a Compostar: Desvio de matéria orgânica de encaminhamento para aterro ou incineração, através da distribuição de compostores domésticos a todos os municípios que tenham interesse e condições de os receber e da criação de pontos para compostagem comunitária nos Bairros Lisboetas.
- A curto prazo, ampliação dos projetos piloto que testam a implementação de recolha seletiva porta-a-porta de resíduos orgânicos, que já decorrem em algumas urbanizações de Telheiras e Lumiar.
- Diagnóstico sobre o atual estado de valorização dos resíduos orgânicos de origem alimentar na cidade de Lisboa, a partir do qual foram traçadas orientações estratégicas para potenciar o fecho do ciclo dos alimentos na cidade, desenvolvido através da Lisboa E-Nova, e no âmbito da participação da Lisboa E-Nova no projeto CEMOWAS2, com financiamento Interreg;
- Estratégia para as compras públicas sustentáveis, utilizando o procedimento de aquisição de refeições escolares como primeiro teste piloto de aplicação.

Destaca-se igualmente o envolvimento do Município de Lisboa, através da Lisboa E-Nova, na iniciativa da Ellen MacArthur Foundation, que envolve, num dos eixos de atividade, as cadeias e a promoção de redes de cadeia curta no setor alimentar, promovendo e incentivando o fortalecimento das interações entre o meio rural produtor e as cidades (essencialmente consumidoras), e no Projeto ROBUST financiado pelo Programa Europeu Horizonte 2020, cujo objetivo principal é assegurar o desbloqueamento das relações urbano/rurais. No âmbito deste projeto, a cidade de Lisboa integra vários dos grupos de trabalho com especial ênfase na Rede de Parques Agroalimentares Metropolitanos, Serviços de Ecossistema e ainda Educação e Sensibilização.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os documentos de contextualização existentes e o seu relacionamento com as diferentes ações.

INICIATIVAS MUNICIPAIS		
PLANO/PROGRAMA/PROJETO	DESCRIÇÃO	AÇÕES RELACIONADAS
Plano Municipal de Alimentação Escolar Saudável	Promover a dieta mediterrânica e o fornecimento de refeições escolares confeccionadas preferencialmente com alimentos de cadeia curta, sazonais e de origem nacional	Ação 1 Ação 5
Programa de Hortas Urbanas	Implementação de Parques Hortícolas	Ação 2 Ação 3 Ação 5
Programa “Horta na Escola”	Apoio à implementação, revitalização e dinamização de hortas escolares, de modo a promover o interesse pela biodiversidade, alimentação saudável e o consumo sustentável	Ação 2 Ação 3 Ação 4
Estratégia para Compras Públicas Sustentáveis	Melhoria no processo de compras públicas do Município	Ação 1 Ação 4
Plano Estratégico para os Mercados Municipais	Ação para a criação de espaços de comercialização de alimentos provenientes de pequenos produtores e com origem na área metropolitana	Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Plano de Ação Climática de Lisboa	Instrumento de integração e gestão das políticas e instrumentos da cidade em matéria de mitigação, adaptação, erradicação da pobreza energética e promoção de qualidade de vida em matéria de ação climática	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Pomar e Vinha de Lisboa	Promover a região de Lisboa e divulgação da capacidade produtiva	Ação 2 Ação 3 Ação 5
Programa Lisboa a Compostar	Disponibilização aos munícipes de Infraestruturas para valorização de bio resíduos, através de processos clássicos de compostagem	Ação 1 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Estratégia para a recolha de biorresíduos		Ação 1 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar	Estratégia de Combate ao Desperdício Alimentar da Cidade	Ação 6

Tabela 4

Mapeamento de projetos já desenvolvidos ou em curso na CML e relacionados com as diferentes ações do Plano de Ação Local

INICIATIVAS LISBOA E-NOVA		
PLANO/PROGRAMA/PROJETO	DESCRIÇÃO	AÇÕES RELACIONADAS
Matriz dos Materiais	Documento que nos dá a conhecer os fluxos quantificáveis dos materiais que são gerados pelas atividades que têm lugar na cidade de Lisboa	Ação 1 Ação 4 Ação 6
Projeto CEMOWAS2	Desenvolvimento das capacidades das autoridades responsáveis para a implementação de estratégias territoriais participativas e sustentáveis, coerentes com as abordagens sistémicas da economia circular dos serviços de gestão de resíduos sólidos e líquidos	Ação 1 Ação 4 Ação 5
Food Initiative (Ellen MacArthur Foundation)	Rede de partilha entre cidades para a melhoria da sustentabilidade dos Sistemas Alimentares Locais	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Rede C40	Rede de partilha entre cidades para a melhoria da sustentabilidade dos Sistemas Alimentares Locais e Resíduos como matérias-primas secundárias	Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
RISE CITIES (BMW Foundation)	Capacitação de Líderes Responsáveis para a promoção e operacionalização de projetos de cariz sustentável em cidades	Ação 4 Ação 5 Ação 6
Projeto Hub Criativo Living Lab	Promoção de soluções sustentáveis através da criação de evidências, bem como da disseminação da sua eficácia e desempenho, assegurando as condições necessárias para o desenvolvimento de novos negócios e para a sustentabilidade do ecossistema empresarial que está a crescer na zona oriental de Lisboa	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Plano de Ação Climática de Lisboa	Instrumento de integração e gestão das políticas e instrumentos da cidade em matéria de mitigação, adaptação, erradicação da pobreza energética e promoção de qualidade de vida em matéria de ação climática	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6

Tabela 5

Mapeamento de projetos já desenvolvidos ou em curso na Lisboa E-Nova e relacionados com as diferentes ações do Plano de Ação Local

INICIATIVAS DE ÂMBITO REGIONAL		
PLANO/PROGRAMA/PROJETO	DESCRIÇÃO	AÇÕES RELACIONADAS
Economia Circular como fator de resiliência e competitividade na região de Lisboa e Vale do Tejo	Conjunto de documentos de enquadramento à implementação de princípios de economia circular na região e de transição para sistemas económicos mais circulares	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Economia Circular na Região de Lisboa e Vale do Tejo: Fluxos do Metabolismo Regional	Documento de suporte à elaboração da “Agenda Regional para a Economia Circular” através da construção e análise do Metabolismo Regional dos Materiais	Ação 1 Ação 2 Ação 6
Estratégia Regional 2030	Visão proposta para a Região de Lisboa e que definem a abordagem seguida pela matriz estratégica de desenvolvimento	Ação 2 Ação 4
Estratégia de Especialização Inteligente de Lisboa 2030 (RIS3 2030)	Destaca o Sistema Alimentar da Região como elemento fundamental de sustentabilidade e da qualidade de vida na região	Ação 2 Ação 4
Rede FoodLink	Rede que agrega um conjunto diverso de territórios, iniciativas e atores da AML, que se comprometem a colaborar no sentido do planeamento e gestão do seu sistema alimentar	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6
Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (AML)	A Estratégia dirige-se a todos os intervenientes do sistema alimentar metropolitano que tenham o repto de induzir a transição alimentar através do planeamento do sistema alimentar metropolitano	Ação 1 Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5 Ação 6

Tabela 6

Mapeamento de projetos já desenvolvidos ou em curso na Região de Lisboa e Vale do Tejo e relacionados com as diferentes ações do Plano de Ação Local

INICIATIVAS DE ÂMBITO REGIONAL		
PLANO/PROGRAMA/PROJETO	DESCRIÇÃO	AÇÕES RELACIONADAS
Plano de ação para a economia circular em Portugal: 2017-2020	Ações orientadoras da transição para sistemas económicos mais circulares	Ação 1
Economia Circular na Região de Lisboa e Vale do Tejo	Documento de suporte à elaboração da “Agenda Regional para a Economia Circular” através da construção e análise do Metabolismo Regional dos Materiais	Ação 1 Ação 2 Ação 6
PERSU 2030	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030	Ação 2

Tabela 7

Mapeamento de projetos já desenvolvidos ou em curso a nível nacional e relacionados com as diferentes ações do Plano de Ação Local

INICIATIVAS DE OUTROS PARCEIROS		
PLANO/PROGRAMA/PROJETO	DESCRIÇÃO	AÇÕES RELACIONADAS
From Start to Table - Startup Lisboa	Programa de aceleração para startups ligadas ao ecossistema da restauração e que se enquadram numa de duas categorias: 1. Tecnologia de Alimentos e Bebidas 2. Novos Produtos Sustentáveis	Ação 4
REDE REFOOD	Combate ao desperdício Alimentar	Ação 6
Dar e Acordar/Zero Desperdício	Plataforma que permite gerir toda a informação relativa aos doadores de refeições e bens alimentares	Ação 4 Ação 6
GrowLife - Caravana Alimentar Faculdade de Ciências	Ação que promove um sistema alimentar mais sustentável a nível social, económico e ambiental, para uma mudança sistemática de comportamento em produtores, consumidores e decisores políticos	Ação 3 Ação 4 Ação 5
FOODWAVE Lisboa - Rede DBLC Lisboa	Projeto de sensibilização e capacitação de jovens (15-35 anos) através de cursos, atividades, encontros e workshops ligados às questões da alimentação e sustentabilidade ambiental	Ação 3 Ação 5
From Sky to Table: UPFARMING (BIP/ZIP)	Promoção da proximidade entre o processo de produção e quem consome, com visão na auto-organização comunitária e de modelos socioeconomicamente sustentáveis	Ação 2 Ação 3 Ação 4 Ação 5
Food Clic - Instituto de Ciências Sociais	Articulação entre políticos, cientistas e sociedade civil para apoiar o desenvolvimento de políticas alimentares urbanas integradas facilitadoras de acessibilidade e disponibilidade de alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável para todas as pessoas e em particular para comunidades vulneráveis	Ação 2 Ação 4 Ação 5

Tabela 8

Mapeamento de projetos já desenvolvidos ou em curso a nível nacional e relacionados com as diferentes ações do Plano de Ação Local

MODELO DE GOVERNANÇA

Com o objetivo de garantir uma operacionalização do presente plano de ação estruturou-se um modelo de governança.

A estrutura delineada tem por objetivo promover a participação de todos os atores identificados como relevantes e que integram o grupo de ação local. Conceptualmente, procurou-se desenhar um modelo simplificado que permita em simultâneo um desenvolvimento autónomo das diferentes operações, que seja facilitador na promoção da atividade necessária entre parcerias e promotor de partilha de conhecimento entre participantes, bem como da divulgação de iniciativas junto da população em geral. Na Figura 6 é apresentado o modelo conceptual de governação estruturado

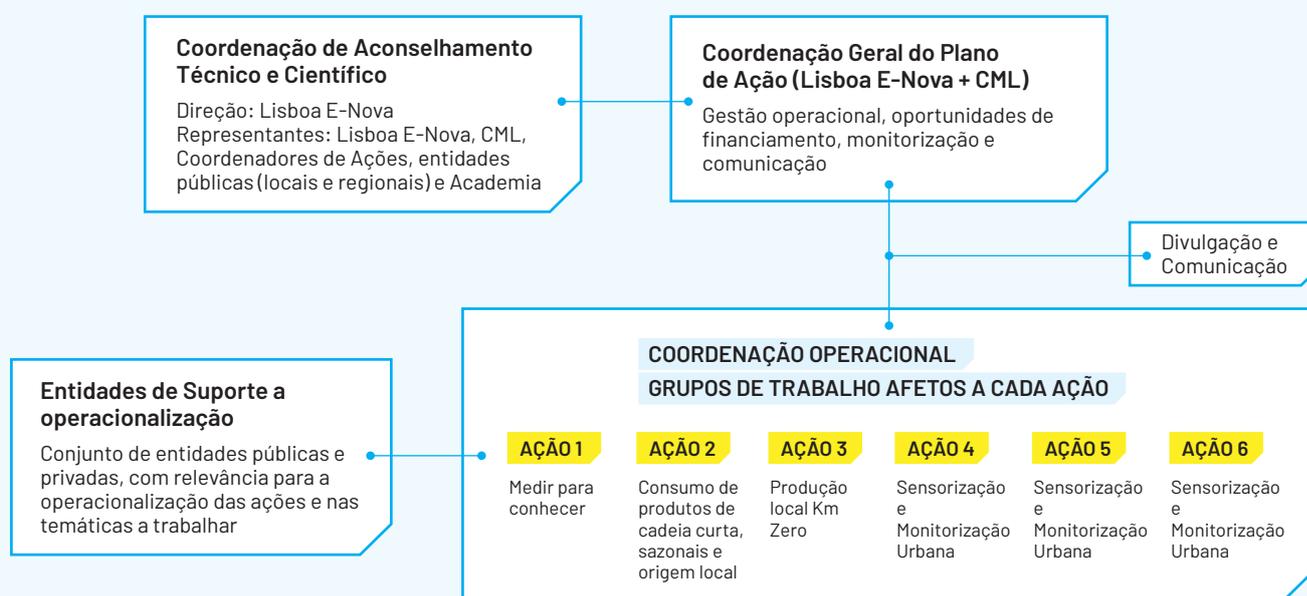


Figura 6
Modelo Conceptual de Governação para o Plano de Ação Local

OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Coordenação Geral

A estrutura de coordenação Geral do Grupo de trabalho estará cometida em parceria à Lisboa E-Nova Agência de Energia e Ambiente de Lisboa e à Câmara Municipal de Lisboa. Esta equipa terá por objetivo promover e garantir o desenvolvimento global das ações identificadas, monitorização periódica, identificar e partilhar com os restantes parceiros linhas e oportunidades de financiamento e coordenar as ações de comunicação e divulgação de resultados.

Competirá também à coordenação geral a análise de compatibilização das ações com o programa de gestão da cidade e de que forma é que os resultados alcançados estão a contribuir para a sua implementação.

Será também objetivo deste grupo, em estreita articulação com a comunidade de aconselhamento técnico e científico, a identificação de oportunidades de articulação e de estruturação de iniciativas e novas atividades que promovam a continuidade e a atualização do presente Plano após o seu período de vigência.

Coordenação Operacional

Pretende-se que, para cada uma das ações, a entidade responsável pela sua implementação assuma a coordenação da ação.

Nas ações que possam ter mais do que um interveniente nas situações em que seja uma área de responsabilidade ou competência cometida a alguma das unidades orgânicas da CML, será essa unidade a assumir a coordenação. Em situações em que haja necessidade de parceria ou consórcio entre parceiros, será identificada uma organização preferencial de contacto com a coordenação geral.

Comunidade de Aconselhamento Técnico e Científico

Identificou-se a necessidade de constituir uma comunidade de aconselhamento técnico e científico.

Este grupo terá por objetivo dar suporte ao desenvolvimento de candidaturas a financiamento, prestando apoio no aconselhamento para a adoção de metodologias inovadoras ou replicação de boas práticas.

Face ao grupo de entidades identificadas para integrarem esta comunidade, pretende-se que seja através delas que se promova a articulação entre as ações locais e as estratégias em construção para a área metropolitana, nomeadamente no que respeita ao processo de constituição da rede FoodLink que congrega os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa.

Entidades de Suporte e operacionalização

Baseados na tipologia de ações em que se pretende que a operacionalização contribua para o sucesso de diferentes ações e também para a concretização de medidas constantes nos documentos estratégicos ao programa de gestão da cidade, torna-se relevante que no processo evolutivo de operacionalização de ações seja promovida a articulação entre parceiros relevantes. É neste contexto que as entidades de suporte farão o devido aconselhamento aos processos a levar a cabo.

A seleção de entidades relevantes para cada uma das ações em concreto será efetuada entre a coordenação geral e a coordenação específica da ação.

Regimento de funcionamento da equipa de gestão

A equipa de Gestão geral deverá responsabilizar-se pelo agendamento de reuniões periódicas com os responsáveis de ação. Estas reuniões terão por objetivo proceder a pontos de situação, recolha de material para a monitorização e planeamento e programação de momentos de comunicação.

Na tabela 9 é apresentada a síntese de entidades relacionadas com cada uma das ações.

AÇÃO	DESIGNAÇÃO	ENTIDADES A ENVOLVER
1	Medir para conhecer	Lisboa E-Nova, CML (Ambiente Resíduos, Economia e Inovação, Educação e Finanças), Academia Comunidade Empreendedora, Juntas de Freguesia, Organizações não Governamentais
2	Dinamização e promoção da melhoria do consumo de alimentos de cadeia curta, sazonais e de origem nacional	Lisboa E-Nova (coordenação da medida ao nível local), Mercados da Cidade, CML/Economia e Inovação. AML, CCDR LVT, Academia, Produtores da AML, CML/Economia e Inovação e Juntas de Freguesia
3	Produção Local: Quilómetro Zero	CML/Direção Municipal de Ambiente Espaços Verdes Clima e Energia, CML/Direção Municipal de Economia e Inovação; Lisboa E-Nova, Juntas de Freguesia, Startup Lisboa e Upfarming
4	Inovação e Empreendedorismo na Cadeia de Valor Alimentar	Lisboa E-Nova, CML/Direção Municipal de Economia e Inovação, Startup Lisboa, Upfarming e Ecossistema de Organizações não Governamentais e de Iniciativa do Cidadão
5	Educar para Capacitar	CML/DMAEVCE/Departamento de Educação, Lisboa E-Nova
6	Bio resíduos: Melhorar o Fim de Ciclo	Direção Municipal de Higiene Urbana/Departamento de Higiene Urbana, Juntas de Freguesia da Cidade, Valorsul, Lisboa E-Nova

Tabela 9
Síntese de entidades relacionadas com cada uma das ações

3. ALINHAMENTO COM FINANCIAMENTOS

INVESTIMENTO PREVISTO

FONTES DE FINANCIAMENTO

3. ALINHAMENTO COM FINANCIAMENTOS

INVESTIMENTO PREVISTO

FONTES DE FINANCIAMENTO

AÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL		FONTE DE FINANCIAMENTO 1	FONTE DE FINANCIAMENTO 2	FONTE DE FINANCIAMENTO 3	INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO POR AÇÃO
1	A1.1	5.000€	EEA Grants	Fundos próprios	Horizon Europe	75.000 €
	A1.2	70.000€	InnoBuyers	Lift Program	Fundos próprios	
	A1.3	Nd (*)				
2	A2.1	13.000€	Portugal 2030	Horizon Europe		30.000 €
	A2.2	12.000€	Portugal 2030	Horizon Europe		
	A2.3	5.000€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		
3	A3.1	130.000 €	EEA GRANTS			2.290.000 €
	A3.2	630.000€	Fundos próprios	Portugal 2030		
	A3.3	30.000€	Portugal 2030	Horizon Europe		
	A3.4	1.500.000€	EUI - Innovative Actions	Life	Horizon Europe	
4	A4.1	5.000€	EEA Grants	Fundos próprios		373.000 €
	A4.2	3.000€	EEA Grants	Fundos próprios		
	A4.3	10.000€	Fundo Ambiental			
	A4.4	5.000€	Horizon Europe	Fundos próprios		
	A4.5	350.000€	Interreg EURO-MED	Fundos próprios		
5	A5.1	1.000€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		10.600 €
	A5.2	1.600€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		
	A5.3	3.200€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		
	A5.4	3.200€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		
	A5.5	1.600€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		
6	A6.1	1.040.000€	Fundo Ambiental	Fundos próprios		2.463.519 €
	A6.2 e 3	500.000€	PO SEUR	Fundos próprios		
	A6.4	923.519€	PO SEUR	Fundos próprios		
INVESTIMENTO TOTAL						5.242.119 €

(*) - Estruturação da ação dependente de resultados das ações anteriores

Tabela 10
Necessidade de investimento previsto e potenciais fontes de financiamento

4. MONITORIZAÇÃO & AVALIAÇÃO

CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA



4. MONITORIZAÇÃO & AVALIAÇÃO

CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Face ao conjunto alargado de ações preconizadas, bem como à necessidade de captar financiamento para a sua concretização, foi estruturado um plano de monitorização e avaliação.

Este processo delineado em estreita articulação com o modelo de governação anteriormente apresentado deverá acompanhar o nível de evolução das ações, pesquisa e análise de programas de financiamento abertos e também as necessidades de adaptação das ações, parcial ou globalmente, para permitir a sua submissão a candidaturas.

Em paralelo com uma periodicidade semestral deverão ser apresentados relatórios de monitorização do Plano. Cada uma das organizações responsáveis pela implementação das ações procederá a estruturação do relatório de progresso da sua ação. À coordenação geral competirá compilar os contributos de cada um dos parceiros num relatório único de progresso que será apresentado a todos os parceiros e administrações do município e da Lisboa E-Nova.

A apresentação de resultados deverá ser articulada com os eventos previstos no Plano de comunicação delineado abaixo.

5. COMUNICAÇÃO & CONSULTA PÚBLICA



5. COMUNICAÇÃO & CONSULTA PÚBLICA

Comunicar é um dos principais fatores que influenciam o sucesso de qualquer iniciativa que exige um envolvimento real de um conjunto alargado de atores, como é o caso do presente plano de ação. A aposta numa estratégia de comunicação de carácter abrangente irá permitir imprimir ao processo um conjunto de vantagens tais como:

1. **Clareza:** Assegurar que todas as partes interessadas compreendam os objetivos do plano de ação e como eles serão realizados;
2. **Alinhamento:** garantir que todos estejam alinhados com as metas e os objetivos estabelecidos;
3. **Envolvimento:** comunicar de forma clara e eficaz para motivar todas as partes envolvidas no processo a participar ativamente no processo de execução do plano de ação.
4. **Feedback:** auscultar de forma sistemática o público-alvo que de alguma forma se relaciona com cada uma das ações, de forma a possibilitar alguns ajustes necessários na estratégia delineada;
5. **Acompanhamento:** Comunicar regularmente ajuda a manter todos informados sobre o progresso do plano de ação e a identificar desvios ou necessidades de adaptação.

Com base nos pressupostos acima elencados, estruturou-se o Plano de Comunicação de suporte à concretização das diferentes ações que se pretendem desenvolver com a concretização do presente plano de ação.

Em primeiro lugar, e estrategicamente, identificaram-se três níveis de comunicação a desenvolver de forma articulada, para que consigam alcançar de forma eficiente os públicos-alvo a eles associados. Concretamente:

Comunicação Externa: Uma comunicação direcionada para o público em geral que evidencie a importância da evolução do Sistema Alimentar da cidade para vivermos numa cidade mais sustentável, inclusiva, saudável e com vontade de inovar;

Comunicação interna: Uma comunicação que estimule um real sentimento de comunidade, interação, articulação e que “unindo todos os pontos” e em conjunto se está a contribuir de forma efetiva e bem-sucedida para a evolução da cidade;

Comunicação Institucional: Uma comunicação que permita demonstrar uma visão estratégica relacionada com esta temática e, paralelamente, passar uma imagem de modernidade, inovação, demonstração de boas práticas e comprometimento com a sustentabilidade global.

Associado a cada um destes três níveis de comunicação, procurou-se identificar um conjunto de atores/público-alvo que se pretende alcançar, assim como os meios e as iniciativas de comunicação mais adaptadas a cada uma delas (Tabelas 11 a 13).

COMUNICAÇÃO EXTERNA	
Mensagem a passar	– Demonstração de evolução, sustentabilidade, inclusão e inovação
Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none"> – População em Geral – Entidades Públicas e Privadas – Juntas de Freguesia – Grupos de população: <ul style="list-style-type: none"> • Crianças e Jovens • Comunidades desfavorecidas – População idosa
Canais/Ferramentas	<ul style="list-style-type: none"> – Redes Sociais – Órgãos de comunicação social local – Rede física de equipamento de comunicação institucional (Mupis)
Ações de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> – Promoção de conversas locais – Ações de informação e sensibilização – Ações específicas com os parceiros do Grupo de Ação Local – Envolvimento de personalidades inspiradoras

Tabela 11
Atividades de Comunicação:
Componente Externa

COMUNICAÇÃO INTERNA	
Mensagem a passar	<ul style="list-style-type: none"> – Sentimento de comunidade e sucesso partilhado – Interação e articulação
Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none"> – Parceiros do Grupo de Ação Local – Potenciais novos parceiros
Canais/Ferramentas	<ul style="list-style-type: none"> – Redes Sociais – Artigos em Boletins informativos de cada um dos parceiros – Comunicação digital
Ações de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> – Encontros presenciais para discussão do desenvolvimento das ações e apresentação de sucessos e boas práticas – Visitas temáticas a projetos que estão a ser implementados no âmbito do PLAI

Tabela 12
Atividades de Comunicação:
Componente Interna

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	
Mensagem a passar	– Visão de modernidade e inovação, apresentação de resultados e demonstração de boas práticas
Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none"> – Órgãos do Município – População – Redes temáticas nacionais e internacionais – Outras autarquias nacionais e internacionais
Canais/Ferramentas	<ul style="list-style-type: none"> – Redes sociais do Município – Entrevistas a órgãos de comunicação social – Produção de relatórios
Ações de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> – Reuniões institucionais – Entrevistas – Eventos

Tabela 13
Atividades de Comunicação:
Componente Institucional

6. O FUTURO



6. O FUTURO

Ao longo dos últimos anos a cidade de Lisboa tem vindo a investir num conjunto de iniciativas que demonstrem o seu caminho de evolução para uma cidade mais sustentável e comprometida com o processo global de combate às alterações climáticas e alcance da neutralidade carbónica.

Ao nível dos sistemas alimentares, através da iniciativa do município e de um conjunto alargado de atores relevantes do ecossistema da cidade, vai surgindo um conjunto de iniciativas bastante interessantes e com potencial de demonstração, que contribuem para os desígnios referidos anteriormente.

O presente Plano de Ação, conforme espelhado ao longo de todo o documento pretende ser, numa primeira abordagem, uma ferramenta catalisadora de todos os projetos que no presente têm um contributo positivo. Através da concretização das diferentes iniciativas previstas, é intenção fazer a ligação e dar continuidade entre as boas práticas já desenvolvidas no passado, ou em curso, e incentivar no futuro próximo o aparecimento natural de um conjunto de outras iniciativas que contribuam para o robustecimento e resiliência do sistema alimentar de Lisboa. Neste sentido, acredita-se que a sua concretização seja um ponto de partida para uma evolução de continuidade.

Através da consolidação das ações previstas, espera-se que seja possível evoluir no sentido de:

- 1. Consolidar uma rede de stakeholders e parcerias** demonstradoras do processo de evolução da cidade nesta matéria, bem como o contributo dado para o processo de transição para uma cidade mais circular, justa e inclusiva;
- 2. Ser um parceiro relevante ao nível regional** na promoção das parcerias entre os meios rurais e urbanos em estreita articulação com as entidades regionais, nomeadamente, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Área Metropolitana de Lisboa;
- 3. Articular e interagir com as iniciativas** a incluir no plano de ação para a economia circular a desenvolver para a cidade;
- 4. Permitir a aceleração de novos processos** de experimentação e desenvolvimento de pilotos inspirados nos resultados obtidos e demonstrados através das ações do presente Plano.

Por último, e não menos importante, ambiciona-se que todo o processo desenvolvido tenha capacidade de contribuir para a demonstração efetiva de sucesso da cidade de Lisboa em matéria de sustentabilidade do seu Sistema Alimentar e de inspirar a ação local com as boas práticas implementadas outros territórios nacionais e internacionais.



AGRADECIMENTOS

A realização deste plano de ação contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não nos seria possível a sua concretização.

Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto promotor da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (InC2) e a toda a equipa da Direção-Geral do Território responsável por gerir o programa, assim como apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular.

A todos os peritos de rede, com especial destaque ao Miguel Sousa, enquanto perito coordenador da rede Rurbanlink, por terem contribuído para a melhoria das competências da rede como um alicerce dos novos paradigmas de gestão, transmitindo conhecimentos sobre áreas chave, assim como, pela sua orientação, pelo conhecimento, análise crítica e ideias transmitidas.

Ao Município do Fundão, enquanto município líder da rede Rurbanlink, pela sua capacidade em gerir a rede e todos os recursos inerentes ao projeto, pelo seu foco na estratégia e capacidade de comunicação.

Aos colegas da rede, pela pertinente e enriquecedora partilha de experiências e troca de ideias, e pela forma exímia e acolhedora com que nos receberam nos seus municípios, tornando cada um dos encontros em momentos únicos de partilha e confraternização, que fortaleceram as parcerias funcionais de complementaridade e cooperação.

A todos os elementos e entidades que integram o Grupo de Ação Local, pela sua motivação, total apoio e disponibilidade, pelas opiniões e experiências vividas e total colaboração, com especial enfoque a todos os serviços da Câmara Municipal de Lisboa que de forma ativa participaram no processo de definição das ações de abrangência municipal.

Tod@s foram cruciais nas experiências vividas no âmbito da iniciativa InC2 e na elaboração do presente de Plano Local de Ação Integrada.

A tod@s o nosso muito obrigado.



InC2
Iniciativa
Nacional
Cidades
Circulares

REDES CIDADES CIRCULARES

PLANO DE AÇÃO – RURBAN LINK

ÁREA TEMÁTICA: RELAÇÕES URBANO-RURAIS

CIDADE: LISBOA



GOVERNO DE
PORTUGAL

AMBIENTE E
AÇÃO CLIMÁTICA

FUNDO AMBIENTAL

